

ACTA NÚMERO 19
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2008

Aos 22 dias do mês de Novembro do ano de dois mil e oito, reuniu, extraordinariamente pelas 09.00 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída pelos senhores: Dr. Celso Pimenta de Freitas, Dra. Angelina Teixeira e o senhor Dr. José Ribeiro da Costa Nunes, respectivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar pelos senhores Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dra. Octávia Clemente, Dr. Ricardo Martins, Dr. Amadeu Magalhães, respectivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Celso Pimenta de Freitas, Eugénia Maria Moura Teixeira, Ercília Gonçalves da Costa, **Carlos Macedo**, Abel Coelho, António Jorge Pereira da Silva, Acácio Magalhães, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Alcino Carvalho, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, Alberto Joaquim Sampaio Pinto, Olívia da Conceição Carvalho, José Emanuel Queirós, Raimundo Magalhães Carvalho, Manuel Antunes de Magalhães, Maria Rosa Castro Estebaíña, Eduardo Oliveira Pinheiro, Amélia Maria Gomes de Oliveira, **Hernâni Carneiro**, Joaquim Ribeiro Baldaia, José Manuel Azevedo, António Jorge Vieira Ricardo, Marco Tiago Carneiro, Carla Babo, Maria José Castelo Branco, José da Silva Lima, José Augusto Silva, **Carlos Carvalho, Elisa Antunes, Manuel Cândido Mendes Costa**, António Teixeira Mendes, Manuel António Carvalho Nogueira, Aristides Miranda, Fernando Carlos Gonçalves Cerqueira, Joaquim José Macedo Teixeira, Susana de Fátima Mesquita Ribeiro, Manuel Costa Azevedo e António Júlio V. Moreira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

AMARANTE (S. GONÇALO) – Artur Correia
ABOADELA – João Pinheiro
ABOIM – Manuel Agostinho F. Moura
ANSIÃES – Armando Batista Carvalho
ATAÍDE – Lino Macedo
BUSTELO – Manuel Ribeiro da Lage

CANADELO – Manuel Claro
CANDEMIL – Joaquim Fernando Marinho
CARNEIRO – Joaquim Briga
C. DE REI – Ilídio Pinto
CEPELOS – **Substituído pelo secretário – Paulo Leite**
CHAPA – António Cândido Pinheiro
FIGUEIRÓ (St^a Cristina) – António Magalhães Teixeira
FIGUEIRÓ – Daniel Pinheiro
FREGIM – Joaquim Ribeiro Sousa e Castro
FREIXO DE BAIXO – Armando Moura Maia
FRIDÃO – José Joaquim Magalhães Teixeira
GATÃO - Joaquim Augusto Pinto Coelho
GONDAR – António Bastos Teixeira
S. SIMÃO - Eduardo Monteiro Pinheiro
JAZENTE – Manuel Pinheiro
LOMBA – Paulo Vasconcelos
LOUREDO – Carlos Magalhães
LUFREI – António Alexandrino F. Magalhães
MADALENA – Carlos Teixeira
MANCELOS – José Ribeiro
OLIVEIRA - José Leite Vieira
OLO – Manuel António Leite Ribeiro
PADRONELO – **Substituído pelo secretário Ricardo Teixeira**
REAL – José Augusto Sousa Oliveira
REBORDELO – **Substituído pelo secretário Paulo Ribeiro**
SALVADOR – António Gomes Pinheiro
SANCHE – Henrique Monteiro
TELÕES – Angelina Rosa Pinheiro Teixeira
TRAVANCA – Fernando Cunha
VARZEA – Abílio Sampaio
VILA CAÍZ – Abílio Carlos Ricardo
VILA CHÃ – Rui Coelho
VILA GARCIA – Manuel Teixeira

Faltaram a esta sessão da Assembleia Municipal os senhores:
Abel dos Santos Afonso, que em devido tempo justificou a falta. Faltou também o senhor Pedro Simão Mota Marinho, o senhor Abílio Neves, Presidente da Junta de Freixo de Cima.

Feita a chamada, foi de seguida dada a conhecer a correspondência recebida até esta data.

Como se trata de uma Assembleia Extraordinária, entrou-se de imediato no Período da Ordem do Dia.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PONTO Nº 1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE SETEMBRO

Usaram da palavra os senhores:

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Candemil solicitou a correcção do seu nome na acta. Assim, onde se lê "Joaquim Fernando Marinho" deve ler-se "**Manuel Fernando Coelho**". Onde se lê "Joaquim Cândido Mendes Costa" deve ler-se "**Manuel Cândido Mendes Costa**".

O senhor deputado Abel Coelho, pediu a correcção do texto da sua intervenção, inserta na página 24. Assim, onde se lê "Os cuidados primários estão melhores ou piores no hospital?", deve ler-se "**Os cuidados primários estão melhores em Amarante?**".

O senhor deputado DR. EMANUEL QUEIRÓS, usou também da palavra para dizer que não pode em consciência votar esta acta. Os textos oficiais não são fidedignos. A Acta não espelha a verdade da Assembleia. Há frases que não estão completas. Está prejudicada a transcrição das palavras que proferiu na Assembleia. Não aprovará o documento.

Por sua vez a senhora deputada Dra. EUGÉNIA MOURA, disse que a acta era uma vergonha. Desafiou quem tiver sentido de rigor que a analise com honestidade, uma vez que com honestidade não se poderá aprovar este documento. Disse também que a sua intervenção inserta na página 18 está completamente desvirtuada. Continuamos ainda hoje a discutir um assunto que já há muito tempo devia ter deixado de ser discutido.

Finalmente, a senhora deputada Dra. AMÉLIA OLIVEIRA, usou também da palavra para dizer que a sua intervenção inserta na página 25 da Acta está completamente alterada. Usou o termo "litigância de má fé", e não a frase que consta na acta.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação do documento. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 12
ABSTENÇÕES – 6
VOTOS A FAVOR – 45

A Acta foi aprovada em Minuta por UNANIMIDADE.

PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2008 – 12ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS/2ª REVISÃO ORÇAMENTAL.

Usaram da palavra os senhores:

DR. ANTONIO RICARDO – PSD

No uso da palavra disse que estas modificações revelam a falta de rigor na elaboração dos orçamentos. Não há planeamento e como tal para se poderem fazer algumas obras temos de constantemente fazer estas alterações.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, disse que em primeiro lugar o senhor Presidente da Câmara devia explicar e defender os documentos em análise, para depois se poder discuti-los com rigor.

PROF. EDUARDO JORGE MEDEIROS PINTO – PS

No uso da palavra, referindo-se às palavras do orador anterior, referiu que o senhor Presidente da Câmara cumpriu o seu dever. Levou o assunto à reunião do Executivo. Os deputados são quem deve discutir o assunto, questionando o senhor Presidente se for caso disso e se ele entender dar esclarecimentos, uma vez que a proposta já foi aprovada em reunião de Câmara. Parece-lhe que a proposta tem todos os pressupostos para que possa ser aprovada. Apesar disso, as dúvidas são para esclarecer nesta altura.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, disse que não concordava com as palavras do orador anterior. As questões de metodologia são diversas. Não se quer colocar na posição de “verbo de encher”. É preciso executar as ferramentas da democracia. O município precisa de debate. A Câmara deverá sempre explicar as razões pelas quais traz os documentos à Assembleia. Referiu ter votado contra o orçamento tendo uma das razões sido o facto de haver rubricas muito empoladas. O orçamento não espelhava a realidade do concelho e agora esta revisão vem provar isso mesmo. Este documento vem ajustar o orçamento. Há obras necessárias e para isso terá de haver disponibilidade financeira. É exemplo disso a ligação entre Gião e Candemil, necessária há mais de 20 anos. Temos de estar atentos ao Marão e à parte periférica do concelho. A região do Tâmega continua a ser a mais atrasada do país e da Europa. É preciso ter isto em conta.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 7

ABSTENÇÕES – 3

VOTOS A FAVOR – 56

Procedeu-se também à aprovação em **minuta**, tendo o ponto sido aprovado por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ADESÃO DO MUNICIPIO DE AMARANTE À ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO “PORTO E NORTE DE PORTUGAL”

Usaram da palavra os senhores:

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, começou por dizer que esta alteração era inevitável. Esta nova regra foi criada por portaria. Vamos votar uma portaria. A delegação de turismo de Amarante, a exemplo de outros serviços, foi extinta. Estamos a assistir a um novo reordenamento do turismo feito por portaria. Vai ter sede em Viana do Castelo e delegações espalhadas pelo Norte do País. Quando há 45 anos Amarante era uma Vila do interior, pelos recursos que tinha, era de uma importância turística imensa. Hoje, com a perda desses recursos, nomeadamente com a má qualidade da água do rio Tâmega, Amarante deixou de ser atractiva turisticamente. É notório que temos condições. As águas termais e o património do Marão, a par de muitas outras poderão ser uma mais valia para fazer renascer Amarante turisticamente. As delegações são colocadas em concelhos dominados pelo Partido Socialista. Só assim se compreende a colocação de uma sede em Matosinhos e não no Porto.

Amarante não pode continuar a perder. Amarante deve procurar trazer para Amarante pelo menos uma subdelegação. Pelo menos isso.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

Em resposta ao orador anterior, o senhor Presidente da Câmara, disse que a delegação nada tem a ver com pólos turísticos. Aliás, a pujança da delegação de Turismo de Amarante era tanta, que sabe-se hoje que nem a renda pagavam.

Procedeu-se de imediato à votação, tendo o assunto sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovado em **minuta** por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 4 – EXTINÇÃO DA HIDROÓLO – HIDROELECTRICA DO ÔLO

Usaram da palavra os senhores:

SR. MANUEL ANTUNES - PSD

O senhor deputado fez uma intervenção que se encontra nos anexos desta acta e que se dá por transcrita, iniciada por “ O ponto 4 da Ordem de trabalhos – extinção da Hidroôlo, traz-me algumas interrogações”.

Entretanto, o senhor deputado **DR. EMANUEL QUEIRÓS**, apresentou uma proposta, que se encontra nos anexos desta acta. Essa proposta vai no sentido de deliberar acerca da viabilidade da Central Hidroeléctrica do Ôlo.

Feita a leitura da proposta o senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer que a apresentação desta proposta procurava

anteceder a discussão do ponto agendado para esse efeito na Ordem de Trabalhos. A ser votada favoravelmente, prejudicaria a da Câmara. Para que isso não acontecesse seria posta à votação a aceitação à discussão da proposta agora apresentada. Assim, usaram da palavra os senhores:

DR. ABEL COELHO –PS

No uso da palavra, começou por dizer que a Assembleia Municipal não pode deliberar. Não são essas as suas atribuições. Esta proposta tal e qual está apresentada é nula. O Engenheiro Carlos Silva apresentou uma igual na reunião do Executivo. Como a viu chumbada lá, arranjou forma de a trazer à Assembleia Municipal. Perante isto, a proposta não pode ser votada, nem sequer aceite.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, referiu que a proposta é da maior pertinência. A democracia dá-nos a possibilidade de estar a favor ou contra daquilo que nos é apresentado. Não recebeu documentação capaz para poder discutir seriamente a extinção de uma empresa. Em política é preciso demonstrar que aquilo que nos é apresentado é o melhor. Neste momento a melhor saída para o problema é saber em que condições é que apareceu esta sociedade e o que é levou à sua extinção.

Perante tão pouca documentação de suporte, parece-lhe que o técnico que elaborou a informação devia estar presente, parecendo-lhe mesmo deslegante o facto de documentos internos circularem desta forma.

Questionou depois sobre a hipótese de transvaze do rio Ôlo e caso isso aconteça em que condições irá ficar o Rio Ôlo? Será que a Câmara, sócia maioritária da sociedade, não conseguirá evitar o transvaze se não extinguir a Central e provar a sua viabilidade? Terminou, alertando para o facto de não se poder incutir à Assembleia a irresponsabilidade de contribuir para essa extinção e talvez por consequência para um futuro transvaze.

Entretanto o senhor deputado **DR. ABEL COELHO**, questionou o senhor Presidente da Assembleia no sentido de saber qual a proposta que está a ser discutida. A proposta alternativa ou a da Câmara?

O senhor Presidente da Assembleia, disse-lhe que não era fácil dar-lhe uma resposta. Parece-lhe, que em boa verdade devia ser votada e discutida apenas a proposta da Câmara. Contudo, este assunto não pode ser considerado alheio ao ponto agendado. Os pressupostos da proposta parecem-lhe razoáveis. Como tal esta proposta não deve ser inviabilizada. Poderá ser eventualmente aditada à da Câmara.

DR. ABEL COELHO – PS

No uso da palavra, disse que afinal o Dr. Emanuel Queirós não veio contrariar as suas palavras. Veio dissertar sobre a proposta da Câmara. É seu entendimento que deve votar-se já a proposta subscrita pelo Dr. Emanuel. Da sua parte votará contra porque a entende ilegal, e não porque esteja contra o conteúdo. Devemos apenas discutir aquilo para que temos competência. Portanto, devemos discutir a proposta da Câmara e a Câmara de seguida responderá às questões que forem colocadas.

Por sua vez, o senhor deputado **DR. EDUARDO PINHEIRO**, usou da palavra para dizer que se está a criar alguma confusão. Extinta ou não, a Central do Ôlo será sempre da Câmara. Se na Câmara foi deliberado extingui-la não percebe o porquê de tanta discussão. Não faz sentido discutir agora a viabilidade económica daquela infra-estrutura. Devemos andar para a frente e não estarmos agora preocupados com mais estudos.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, começou por dizer que não recebe as ofensas que lhe vão fazendo. Não gosta é de se ver no papel de “anjinho”. Concorda com o Dr. Eduardo Pinheiro quando este diz que não são precisos mais estudos para ver se se deve ou não extinguir a Hidroôlo. Agora, nunca houve na Assembleia nenhum documento acerca da Hidroôlo. De seguida, questionou quem tenha em sua posse elementos que possam levar a dizer que esta é a melhor solução? Quer ver esses elementos e nada mais do que isso.

PROF. JORGE PINTO – PS

No uso da palavra, deu a conhecer um pouco da história daquela empresa, referindo que em tempos a Câmara recebeu uma proposta de uma sociedade particular para ceder as quotas de que era detentora, o que foi aceite. Mais tarde, com a hipótese de venda daquele património a Câmara exerceu o direito de preferência, e adquiriu as quotas ficando proprietária de 100% das quotas. Convém lembrar que o terreno e o edifício já eram da Câmara.

A manutenção da empresa obrigaria a Câmara a ter determinadas obrigações legais. Mas para quê se está inactiva? O material está degradado e sem qualquer hipótese de aproveitamento para poder produzir energia. Se fosse caso disso, a todo o momento a Câmara podia encomendar um estudo que pudesse aferir da hipótese de a poder rentabilizar para a produção de energia. Tudo lhe parece muito claro e não está a perceber a discussão que se está gerar à volta do assunto. Devemos votar favoravelmente a extinção da Hidroôlo.

DR. EDUARDO PINHEIRO – PS

No uso da palavra disse ao Dr. Emanuel que não tinha mais informação que os outros. A que conseguiu, conseguiu-a na Câmara. O Dr. Emanuel quando precisar de informação terá de a pedir à Câmara e ser-lhe-à certamente facultada.

SR. ALCINO CARVALHO – AFT

No uso da palavra perguntou se estávamos a discutir a aceitação da proposta ou a proposta? Estamos a subverter os trabalhos e a perder tempo com esta forma de discussão. Devemos de imediato votar ou não a aceitação da proposta.

O senhor Presidente pôs de imediato à votação a aceitação da proposta. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 42

ABSTENÇÕES – 14

VOTOS A FAVOR – 18

Perante estes resultados a aceitação da proposta à discussão foi rejeitada.

Fizeram declaração de voto os senhores:

ALCINO CARVALHO, que disse que votou contra porque entende que a proposta contém ilegalidades na sua apresentação.

DR. EMANUEL QUEIRÓS, que disse que votou a favor por entender que a proposta é válida e porque também não tem elementos suficientes que o elucidem para poder discutir o ponto da Ordem de Trabalhos. Aliás, esta proposta aparece da mesma forma que apareceu uma subscrita pelos elementos do PS quando se discutiu o IMI, proposta essa que afinal se veio a tornar alternativa. Não percebe o porquê de agora se rejeitar esta.

DRA. ERCILIA COSTA, disse que o Dr. Emanuel não tem razão nenhuma. Não conseguiu ordenar um único pensamento coerente. Votou contra porque entende que a Mesa da Assembleia nem sequer devia ter aceite nesta altura a proposta.

O senhor deputado **ALCINO CARVALHO**, pôs um ponto de ordem à mesa, para dizer ao senhor Presidente da Assembleia que devia ter dado início à discussão da proposta da Câmara. Devia em primeiro lugar dar a palavra ao Executivo e só depois devíamos passar ao período de discussão.

Perante este ponto de ordem, o senhor Presidente da assembleia disse-lhe que o que agora está em discussão é o ponto número 4 da Ordem de Trabalhos.

DRA. EUGÉNIA MOURA

No uso da palavra começou por dizer que a Assembleia devia estar bem elucidada das boas e más razões acerca daquilo que se vai fazer. Disse também que não se está a tratar do património de cada um mas sim

de património publico. Para se discutir este assunto em consciência devia haver elementos necessários para poder tomar uma decisão correcta. Como não há elementos votarão contra. O parecer estando correcto, leva-a a pensar que a Câmara terá de criar um empresa municipal para que a Hidroôlo possa funcionar.

A empresa está viva. Quem vai decidir se ela acaba é a Assembleia. Seria de bom senso que a Assembleia retirasse este ponto, para que mais tarde, numa outra reunião pudesse haver mais matéria de análise por parecendo-lhe haver uma certa ligeireza neste assunto. Se assim não for votarão contra e apresentarão em declaração de voto as razões dessa votação.

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA - IND

No uso da palavra disse que começava a ficar baralhado com esta discussão. Disse que foi do Rio Ôlo que veio a primeira energia para abastecer Amarante. É importante saber para já se a Câmara vai ou não continuar dona daquele espaço. Perguntou também se com a extinção da empresa não vai haver lugar à criação de uma empresa municipal. Se assim vier a ser a informação nada diz acerca disso. Isto não pode ser decidido de ânimo leve, porque há ali património importante.

DR. EDUARDO PINHEIRO – PS

No uso da palavra disse que a minihidrica está sem actividade desde 1981. Se calhar neste momento é importante que os Amarantinos saibam porque é que desde essa altura ela está inactiva.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra disse estar-se perante um erro. Constituiu-se a Hidroôlo com capitais públicos para, na altura a por a funcionar e afinal nunca funcionou. Formou-se a sociedade, entraram sócios, saíram sócios e a agora vai extinguir-se. Não o repugna a constituição de uma nova sociedade. Mas neste momento pode colocar-se a questão – para quê? Podemos cair no risco de daqui a dois ou três anos não termos potencial para a por a funcionar.

SR. ALCINO CARVALHO – IND

No uso da palavra disse que gostava de ouvir o senhor Presidente da Câmara e só depois, se se justificar, usará da palavra porque provavelmente terá mais alguns esclarecimentos a prestar sobre o assunto.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CAMARA

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara começou por dizer que não é assim tão inócuo aquilo que aqui se diz. Muitas pessoas cultivam a palavra com arte mas no fim não dizem nada. Depois, há

também aqueles que se esquecem de ajustar a palavra à realidade: os escolásticos que são perigosos. O Movimento faz muito bem isso e mais uma vez veio de novo fazer um exercício de escolástica. Tentam adaptar a realidade àquilo que eles querem, ou melhor, àquilo que lhes daria jeito. Se tudo estivesse de acordo com aquilo que eles pensam estaria tudo bem. Como a realidade é outra está tudo mal.

O que se trata aqui é da extinção de uma sociedade. Por ser uma empresa municipal é que se deve extinguir. Enquanto a Câmara não foi maioritária, não tinha poderes sobre a gestão da riqueza da sociedade. A legislação das empresas municipais só vai trazer prejuízos à Câmara, porque vai obrigar a ter uma contabilidade paralela não havendo qualquer proveito. A proposta é clara.

Respondeu de seguida ao senhor deputado Manuel Antunes dizendo-lhe que a sociedade é uma sociedade comercial por quotas.

Disse-lhe também que nunca foi muito a favor do exercício do direito de preferência. Neste momento, o PSD também acha que se devia optar por esta solução.

Disse também que não há ainda alvará para se poder aproveitar a água para a produção de energia. Aliás já passaram 2 governos sobre o pedido do mesmo e até agora nada foi feito. No entanto, a ser passado se-lo-à ao município. Nessa altura decidir-se-á se haverá ou não interesse em ser a Câmara a explorar o empreendimento ou então constituir-se uma empresa municipal.

Para desvirtuar todo este processo o Movimento AFT fala na barragem e outras matérias, só para baralhar e confundir.

Terminou a sua intervenção dizendo como é que na altura foi constituída a sociedade, referindo que na altura a autarquia gastou zero euros e hoje lucra pelos menos 35.000 euros, dinheiro este das quotas dos associados.

SR ALCINO CARVALHO – AFT

No uso da palavra começou por dizer que também conhece a história da central hidroeléctrica do Ôlo e, a seu ver a história começa precisamente na parte final da intervenção do senhor Presidente. A Câmara não podia fazer investimentos ali directamente. Teria de se associar a uma empresa. Hoje isso já é possível, mas afinal parece que se quer dissolver a empresa. Vamos ver se bem se mal. No futuro, vamos ver se esta nova solução não terá nada a ver com a hipótese de transvaze do rio Ôlo. Aliás, o senhor Presidente da Câmara não se pode esquecer que havia e há muitos privados interessados neste tipo de empreendimentos. O interesse do município tem de ser salvaguardado. O importante é ter o alvará. Só depois se poderá pensar no fim a dar à central. Nesta altura, se calhar é legítimo perguntar se a não emissão do alvará tem ou não a ver com aquilo que poderá acontecer.

DRA. EUGÉNIA MOURA – AFT

Usou de novo a palavra, para defesa da honra, começando por dizer que não percebe os risos de alguns dos presentes. Para si a honra é

sagrada. Disse também que o senhor Presidente da Câmara sempre que se discute um assunto sério, insulta-a. Mas esqueceu-se do termo "manipuladores". O senhor Presidente não perde nunca uma oportunidade de achincalhar o Movimento. Não é esta a postura que se deve ter nos tempos que correm, até porque as pessoas inteligentes estão hoje a ter uma postura diferente quando pretendem estar na política. Nesta Assembleia quem não pensa como o Presidente é achincalhado. Como ele pensa mal, nós temos o direito de pensar de forma diferente. Não lhe reconhece o direito de a mandar estudar. O senhor Presidente da Câmara não tem noção do decreto lei que está por trás da informação anexa à documentação.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, disse que aquilo que o senhor Presidente da Câmara diz do Movimento nada diz ao Movimento. Achincalha sim é quem votou no Movimento. Da sua parte continuará no mesmo caminho. O senhor Presidente continua a não ter um discurso coerente.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

O senhor Presidente entrevistou referindo que se apoiasse movimentos populistas iguais ao Movimento AFT, não tinha coragem de vir para as Assembleias defender aquilo que eles defendem. A Dra. Eugénia tem de fazer um esforço para ler pelo menos a lei. Disse-lhe que a proposta da autoria do Engenheiro Carlos Silva apresentada na reunião de Câmara é ingénua e foi feita em cima do joelho. Pede na proposta estudos que ele sabe muito bem que não levam a lado nenhum. Só depois de termos o alvará é que podemos fazer estudos da viabilidade económica do empreendimento.

Respondeu de seguida ao senhor deputado Alcino Carvalho, dizendo-lhe que este assunto nada tem a ver com a hipótese de transvaze do rio Ôlo. Aliás, não vai haver transvaze nenhum em Lamas do Ôlo. O Ministério do Ambiente opõe-se e a Câmara de Mondim de Basto também. Não vê razões para se continuar a confundir as pessoas.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 6

ABSTENÇÕES – 1

VOTOS A FAVOR – 61

O documento foi também aprovado em minuta por UNANIMIDADE.

Fizeram declaração de voto os senhores:

DR. MACEDO TEIXEIRA, que disse que se absteve pelas razões de ofensa cultural a uma corrente filosófica, que boa ou má foi o que foi.

Afinal o que sabe o senhor Presidente da Câmara de escolástica? Isto é grave em Amarante, num concelho que se deve aferir por valores culturais.

Por sua vez a DRA. EUGÉNIA MOURA, disse que votou contra, uma vez que havia falta de elementos no processo que lhe permitissem ajuizar em consciência.

PONTO Nº 5 – DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO ATRAVESSAMENTO DO RIO TÂMEGA COM UMA CONDUTA DO GÁS NATURAL (DOURIENSE GÁS)

Usaram da palavra os senhores:

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra começou por dizer que mais uma vez não tem elementos para fazer um juízo correcto e acautelado da situação. Há riscos que comportam o atravessamento do rio com uma conduta de gás natural. A proposta agora apresentada devia trazer um estudo de segurança pois é preciso ter cautela com casos destes para não se colocar as populações em risco.

DR. ARMINDO ABREU - PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por referir-se às palavras do Senhor deputado Dr. Macedo Teixeira a quem disse que não tirou o curso em Salamanca, uma das principais sedes da escolástica.

Ao Dr. Emanuel Queirós disse que mais uma vez fez um discurso grande e eloquente, mas que não leva a lado nenhum. Os estudos relativos à passagem da conduta de gás são feitos pelo Ministério do Ambiente. A obra pretende acima de tudo servir as populações com abastecimento de gás. Os impactos são aferidos pelo Ministério, uma vez que não há na Câmara pessoal com conhecimentos técnicos para estudar os hipotéticos impactos. O senhor deputado devia estudar a lei.

A única coisa que a Câmara pode dizer é se está ou não interessada em que as pessoas sejam ou não abastecidas com gás natural.

O senhor deputado **DR. EMANUEL QUEIRÓS**, usou de novo a palavra para dizer que o que está em causa não é o impacto ambiental mas sim a segurança das populações.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES 7

VOTOS A FAVOR – 54

Aprovado também em minuta por UNANIMIDADE.

PONTO Nº 6 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA E DA ADESÃO DO MUNICÍPIO AO ABRIGO DA LEI Nº 45/2008, DE 27 DE AGOSTO

Usaram da palavra os senhores:

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra começou por dizer que esta adesão proposta pela Câmara e trazida à Assembleia, coloca logo à partida um espartilho na região do Baixo Tâmega. Desde logo é notória a perda de unidade territorial geográfica consagrada pelo Tâmega e dividida entre o Ave e o Sousa.

A consciência deste facto e a interiorização por parte das populações, cada vez mais desprezadas pelos seus sucessivos representantes e desguarnecidos por toda a ordem de valores civilizacionais. Perante as consequências do erro presente contido na proposta apresentada pelo senhor Presidente da Câmara, somos levados a decidir para que num futuro não muito distante tome corpo a criação de uma verdadeira comunidade regional do Tâmega, retornando a sede a Amarante. Devemos tudo fazer para a partir de Amarante voltarmos a ser capazes de perspectivar a solução dos problemas inter concelhios comuns, analisando-os e dando-lhe tratamento público regional.

É reconhecido que o quadro sócio económico que se impôs no Baixo Tâmega é devido à falta de dinamismo que tem lugar na orientação da conduta dos municípios, a que não é inocente o ostracismo adoptado a partir da centralidade de Amarante. Concedida como sede natural do baixo Tâmega, sem dinamismo e laivos de qualquer iniciativa propulsora e polarizadora. Os outros concelhos têm vindo a ganhar posição relativa de grande alheamento inter concelhio e de incipiente cooperação municipal como se constata nos resultados alcançados até aqui pelo associativismo municipal urbano e pelos obtidos nos concursos empresariais públicos e privados. O palco para a construção deste cenário regional em que estamos confrontados teve o seu tempo, a preparação e a realização no seu próprio palco partidário inter concelhio, com os seus próprios protagonistas numa exemplar conjugação de métodos bafientos e de controlo social, passando pela repugnável exclusão de pessoas e da recusa da reabilitação de processos políticos, circunstanciais que sulcam por dentro a nossa sociedade local. Obstaculizaram um reforço de sinergias notáveis no Tâmega. No seu conjunto, opções políticas, políticos eleitos e os métodos por eles adoptados levam e justificam o declínio sócio económico, a falta de desenvolvimento prometido, a ausência de recursos definidos, o défice de reconhecimento público e o vazio de liberdade experimentado nas rotinas de cada um dos concelhos da NUT Tâmega, cujo tronco vai agora ser decepado. Em última instância estas são globalmente algumas das causas do empobrecimento progressivo registado

e para a desconsideração reconhecida, colhida dos sucessivos governos no tempo presente em que Amarante e o Baixo Tâmega aportaram.

É caso paradigmático comum a todos os concelhos o que resulta do programa nacional de Barragens com elevado potencial hidroeléctrico, onde a contrastar com algum ruído produzido em Amarante, nos municípios de Basto vigora um silêncio constante nos órgãos executivos e deliberativos sem que haja sinal de alguma solidariedade de nenhum outro concelho para com o gravíssimo problema em que todo o Vale do Tâmega incorre, especialmente os concelhos do Baixo Tâmega. Neste contexto regional que se abre com a designada Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, que já é muito mais Sousa do que Tâmega, reconhecidos os efeitos impostos e perversos que são passíveis de antever no Baixo Tâmega com a criação desta Comunidade, será mais um passo dado no sentido da periferização do concelho de Amarante no aprofundamento do ostracismo a que temos estado votados no contexto regional norte e nomeadamente nesta nova Comunidade nascente. Ficamos aqui com o testemunho indelével da conduta isolacionista a que a liderança deste concelho há vários anos se remeteu neste tempo de globalismo reinventados no realugar do novo século e do presente milénio. Nisso também podemos colher a lição do que se passa de positivo com os municípios do Sousa e da polarização que conseguem exercer nesta instituição supra regional sobre os concelhos do Tâmega, onde Amarante não é mais reconhecida pela sua centralidade como território charneira, posição natural reconhecida na Comunidade dos concelhos do Tâmega. Contudo, perante os factos e os quase 20 anos solvidos nesta magistratura político partidária já estamos a viver o futuro. Os resultados que estamos agora a colher não são produtos do acaso. São exactamente o fruto do restolho que a partir de Amarante foi semeado na região.

DR. EUGENIA MOURA – AFT

No uso da palavra começou por dizer que depois de estudar a lei e na opinião de juristas há ali inconstitucionalidades. Trata-se de um associativismo imposto por decreto. Este associativismo vem impor a Amarante que ou adere ou não adere sem grande hipóteses de escolha. Se Amarante não aderir que futuro nos espera? Não vamos certamente ter nenhum, porque ficamos sozinhos e na sua opinião os municípios devem trabalhar em cooperação.

Devemos fazer parte da Comunidade e como tal o Movimento votará a favor. Os recursos financeiros são os que constam na lei. É importante que as pessoas percebam que os municípios estão a perder importância. Era importante discutir a sério este assunto. Estamos perante uma situação para a qual ainda não tiramos as devidas ilações. Não está de maneira nenhuma contra o conteúdo, mas sim contra a forma como a Comunidade vai ser imposta. Terminou a sua intervenção dizendo que vamos deixar de ter a importância que nos é devida num colectivo de 12 municípios.

De seguida usou da palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que referindo-se à intervenção do Dr. Emanuel Queirós, disse que mais uma vez ele nada diz. Novamente um discurso grande e eloquente. Não passa de um discurso cheio de verborreia.

A segunda intervenção entra em contradições, quando diz que não aceita um associativismo forçado. Isto não é mais do que uma consequência das leis 10 e 11 do Ministro Relvas. Iniciou-se e não se sabe onde irá parar.

Está farta de saber que nesta Comunidade não haverá perdas para o município. Há sim uma delegação de competências, sem o respectivo enquadramento financeiro. Em bom rigor, vão ser os municípios que vão ter de financiar a Comunidade. Se vier a haver esse enquadramento era bom que começássemos a realizar projectos intermunicipais.

O facto da NUTIII do Tâmega ter os piores índices do país e um dos piores da Europa, não significa que Amarante seja o município com os piores índices de desenvolvimento da região. Os valores estão aí e provam precisamente o contrário. Veio a tentativa de se contrapor os índices do Sousa/Tâmega, mesmo depois de se saber que os índices do Sousa são piores que os do Tâmega. Basta ver os números do abandono escolar que são o dobro do Tâmega. As qualificações profissionais são muito menos, exceptuando o concelho de Penafiel, o único que contraria os maus números do resto da região do Sousa. Passa-se o mesmo com os salários, onde mais uma vez se destaca Penafiel.

Portanto, já era tempo dos senhores deputados que fazem grandes discursos saberem que no Partido Socialista são estudadas as matérias e analisados os números. Era já tempo, na democracia que vivemos, que nos habituássemos a falar só daquilo que sabemos.

Como não havia mais ninguém inscrito, passou-se de imediato à votação. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES – 4

VOTOS A FAVOR – 69

O documento foi aprovado também em minuta por UNANIMIDADE.

O senhor deputado **DR. MACEDO TEIXEIRA**, usou de novo a palavra para fazer uma declaração de voto, onde disse que não é escolástico. Contudo, não renega a sua formação. Não se formou em Salamanca. Fez Teologia em Braga e no Porto filosofia tendo sido um dos seus professores o Dr. Alberto Martins, hoje ligado ao PS. Como tal, o senhor Presidente não foi mentiroso; falhou à verdade.

O senhor deputado ALCINO CARVALHO, fez também uma declaração de voto, para dizer que se absteve porque não entende como é que vão coexistir poderes intermédios que certamente irão tirar importância aos municípios.

PONTO Nº 7 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTATUTOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA

Usaram da palavra os senhores:

DRA. EUGÉNIA MOURA – AFT

No uso da palavra, começou por dizer que este ponto e o anterior estão de tal maneira unidos que a obrigam a dizer agora muitas das coisas que anteriormente não dissera. Os estatutos não lhe merecem grande censura. Num colectivo de 12, Amarante, pela importância que tem no contexto regional não conseguiu trazer a sede para cá. Sabe que lhe vão chamar bairrista. Centralismo e bairrismo são os grandes entraves ao desenvolvimento. No centralismo o governo não abdica das suas funções. O bairrismo leva a lutas que na maioria das vezes não são as mais lógicas. Vamos ter então um associativismo forçado. O artigo 253 da Constituição fala da possibilidade dos municípios se poderem associar. Os não associados não terão financiamentos. Daí, haver esta quase obrigatoriedade de se constituírem em Comunidades.

É de realçar a posição tomada pelo senhor Presidente da Câmara de Viana do Castelo, Defensor Moura, que estão a bater o pé a esta lei, levando o assunto a referendo. Amarante, pela importância que no contexto regional tem, vai apenas ter uma participação modesta nesta Comunidade com um papel quase passivo. Esta situação é muitas vezes provocada pelo senhor Presidente da Câmara, que quando alguém pretende discutir um assunto seriamente, não o faz limitando-se a insultar as pessoas.

No passado não conseguiu apresentar projectos intermunicipais que hoje traziam para Amarante grandes benefícios. Nessa altura, a zona do Sousa fazia-o e hoje tem resultados. O Tâmega nunca encontrou verdadeiras soluções. Isto é preocupante, porque o pior cego é aquele que não quer ver. Qual vai ser o papel de Amarante na Comunidade? É preciso pensar nisso. Está preocupada porque vê de tudo. Não consegue é ver os interesses de Amarante discutidos neste processo, onde à partida estamos logo em desvantagem.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por elogiar os dons oratórios da líder da bancada do Movimento AFT. Mais um bocado e estaríamos na presença de uma verdadeira “diseur de poesia”. Para certo tipo de poesia dará certamente uma belíssima “diseur”. Se fizer mais exercício vai conseguir.

Os Estatutos reproduzem a lei. O que eventualmente poderá trazer dúvidas é o local da sede. Contudo, pelo seu interesse foi exigido pela Câmara de Amarante e decidido por voto secreto. Dessa votação, Amarante obteve 4 votos, Lousada 1 e Penafiel 7. Perante este resultado a sede ficará em Penafiel.

O Movimento devia falar com conhecimento de causa, porque ainda não foram publicados os investimentos para a região.

É abusivo vir dizer que não há projectos para Amarante sem se ter conhecimento daquilo que se está a falar. Isto em democracia não é correcto. Aliás, o cinismo é próprio de muito boa gente. Dizer não faltar à verdade ou chamar mentiroso a outro, é puro cinismo. Agora, uma coisa é certa; nunca encontrarão o actual Presidente da Câmara a despachar debaixo das árvores da Alameda.

DRA. EUGÉNIA MOURA – AFT

No uso da palavra, disse que o senhor Presidente apenas referiu a proposta que levou à constituição desta associação. Esqueceu-se de muitos outros pormenores.

SR. ALCINO CARVALHO – AFT

No uso da palavra, sentiu-se incomodado com a forma como o senhor Presidente da Câmara se dirigiu à oradora anterior. Pediu a intervenção do senhor Presidente da Assembleia, porque começa a ser grave demais aquilo que se passa na Assembleia Municipal por parte do senhor Presidente da Câmara.

Por sua vez, o senhor Presidente da Câmara pediu de novo a palavra para dizer que nunca foi incorrecto na forma como se dirigiu às pessoas.

Perguntou depois que projectos foram desenvolvidos no Sousa, que o Tâmega não tenha desenvolvido? Pergunte-se ao Movimento AFT. Há efectivamente o Tâmega digital e o Sousa Digital que em vários aspectos serão comuns. Agora, cada um tem os seus méritos.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES – 2

VOTOS A FAVOR – 72

Foi também aprovado em minuta por UNANIMIDADE.

Quando eram 13,30 horas o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal. Da presente sessão, foi lavrada a presente acta, que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

